



## **RELATÓRIO E PARECER DO CONTROLE INTERNO SOBRE AS CONTAS ORDINÁRIAS DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – EXERCÍCIO DE 2025**

Na qualidade de responsável pela Unidade Central de Controle Interno do Município de Condor - RS, em cumprimento ao disposto no artigo 74 da Constituição Federal, no artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e nos termos do artigo 71 do Regimento Interno do Egrégio Tribunal de Contas do Estado (Resolução nº 1.028/2015), submetemos o presente relatório elaborado em conformidade com a alínea “b” do inciso IV do art. 2º da Resolução nº 1.134/2020.

De início, cabe mencionar que Órgão Unidade Central de Controle Interno do Município foi instituído pela Lei Municipal nº 1.176/2001, alterada pela Lei nº 2.102/2013, novamente alterada pela Lei nº 2.657/2020, e regulamentada pelo Decreto nº 087/2001, tendo seus membros designados pelas Portarias nº 071/2024 e nº 127/2025.

No decorrer do exercício de 2025, a Unidade Central de Controle Interno teve suas atividades impactadas pelo afastamento da responsável pelo setor, servidora Gianine Schmidt, em razão de licença-maternidade. A partir de 06 de maio de 2025, a servidora Cláudia Betina Veiverberg Kal passou a responder pelo setor de forma temporária e sem dedicação exclusiva, acumulando a função com outras atribuições administrativas.

Diante desse contexto, as ações do Controle Interno foram desenvolvidas de maneira mais sucinta e direcionadas prioritariamente ao atendimento das demandas e determinações do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. O acompanhamento da gestão manteve caráter preventivo, orientativo e fiscalizatório, porém com foco na verificação da regularidade dos registros contábeis e no cumprimento das normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às exigências do órgão de controle externo.



Os procedimentos adotados compreenderam análises documentais, conferências contábeis, verificação de informações prestadas nos sistemas oficiais e exames por amostragem, observados critérios de relevância e materialidade, não se caracterizando como auditoria independente.

Com base na documentação examinada e nas verificações realizadas, passamos ao relatório e parecer.

## **1. NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 1.134/2020**

Quanto ao resultado das análises dos itens pertinentes a Resolução nº 1.134/2020 do Tribunal de Contas do Estado, que foram objeto de verificação, relatamos o seguinte:

### **1.1. DA REGULARIDADE DAS CONCILIAÇÕES BANCÁRIAS**

Verificou-se, por meio de análise documental e conferência por amostragem, que as conciliações bancárias das contas do Poder Legislativo foram elaboradas periodicamente ao longo do exercício de 2025 e não há pendências antigas a regularizar. Os demonstrativos de conciliações bancárias encontram-se assinados pelo Tesoureiro e Contador e arquivadas na Secretaria da Fazenda, estando elaboradas conforme o modelo do Anexo I da Resolução TCE/RS nº 1.134/2020.

### **1.2. DA APRESENTAÇÃO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS**

Em verificação documental, constatou-se que os agentes públicos vinculados ao Poder Legislativo Municipal apresentaram as declarações de bens e rendas, as quais se encontram arquivadas no setor competente. Verificou-se, ainda, a existência de documento assinado pelo Responsável do Departamento de Pessoal atestando a apresentação e guarda dessas declarações, em atendimento à legislação aplicável.

### **1.3. DA REALIZAÇÃO DOS INVENTÁRIOS**

Os bens móveis adquiridos no exercício de 2025 foram devidamente registrados nas contas patrimoniais correspondentes. O levantamento físico dos bens



móveis foi realizado no segundo semestre do exercício e, conforme Ata da Comissão de Inventário e Avaliação, abrangeu a totalidade dos bens do Poder Legislativo, os saldos dos bens físicos apurados estão em conformidade com os valores do sistema de controle patrimonial e com os registros contábeis. Portanto, sem necessidade de recomendações da Comissão.

O Poder Legislativo não possui almoxarifado de materiais de consumo, sendo as aquisições realizadas de acordo com as necessidades administrativas, em quantidades compatíveis com o consumo imediato.

#### **1.4. CONFIABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis do Poder Legislativo Municipal referentes ao exercício de 2025 foram analisadas quanto à consistência das informações, observância das normas legais e compatibilidade entre os registros contábeis e a execução orçamentária.

<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>	1.500.000,00
Créditos Suplementares	103.000,00
Créditos Especiais	15.000,00
(-) Reduções	(118.000,00)
<b>Dotação Orçamentária Atualizada</b>	1.500.000,00

Fonte: SIAPC/PAD – RVE

A despesa orçamentária manteve-se dentro dos limites dos créditos autorizados, havendo abertura de créditos adicionais com respaldo legal e indicação dos recursos correspondentes, conforme o artigo 43 da Lei nº 4.320/1964. As despesas foram corretamente classificadas sob os aspectos econômico e funcional-programático, e observadas as fases da despesa previstas nos artigos 60, 63 e 64 da referida lei.

As notas de empenho e ordens de pagamento examinadas estavam acompanhadas da documentação fiscal pertinente a despesa realizada.



## 1.5. DO CUMPRIMENTO DAS DECISÕES DO TCE

Verificou-se que as decisões e determinações expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, com repercussão no exercício de 2025, foram objeto de acompanhamento pelo Poder Legislativo, tendo sido adotadas as providências administrativas cabíveis para o seu atendimento.

## 2. DOS LIMITES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Os limites de gastos do Poder Legislativo do Município podem ser visualizados nos quadros a seguir:

### 2.1. DESPESA COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO

Com base nos dados do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Legislativo, verificou-se que a despesa total com pessoal, considerada a Receita Corrente Líquida do Município, permaneceu dentro do limite legal de 6,00%, previsto no artigo 20, inciso III, alínea “a”, da Lei Complementar nº 101/2000, não sendo atingidos os limites de alerta e prudencial.

ÍNDICE DE DESPESAS COM PESSOAL EM 2025		
Receita Corrente Líquida (RCL)	55.505.154,22	% S/ RCL
<b>Despesas com Pessoal nos últimos 12 meses</b>	864.191,90	<b>1,56%</b>
Limite de Emissão de Alerta: Artigo 59, § 1º, II da LRF	2.997.278,33	5,40%
Limite Prudencial: Artigo 22, § único da LRF	3.163.793,79	5,70%
Limite Legal: Artigo 20, III, “a” da LRF	3.330.309,25	6,00%

Fonte: RGF, Modelo 10



## 2.2. REMUNERAÇÃO DOS VEREADORES

A despesa com a remuneração dos Vereadores observou o limite estabelecido no artigo 29, inciso VII, da Constituição Federal, não ultrapassando o percentual máximo legalmente permitido em relação à receita do Município.

LIMITE DE DESPESAS COM A REMUNERAÇÃO DOS VEREADORES		
Receita do Município	51.875.569,75	% S/ Receita
<b>Remuneração dos Vereadores</b>	477.096,97	<b>0,92%</b>
Limite Legal	2.593.778,49	5,00%

Fonte: SIAPC/PAD – RVE

## 2.3. LIMITE DE GASTOS TOTAIS DO PODER LEGISLATIVO

Os gastos totais do Poder Legislativo Municipal atenderam ao disposto no artigo 29-A da Constituição Federal, considerando a receita efetivamente realizada no exercício anterior e a população estimada do Município, permanecendo dentro do limite legal aplicável.

LIMITE DE GASTOS TOTAIS DO LEGISLATIVO		
Receita Efetivamente Realizada no Exercício Anterior	50.177.869,27	Em %
População do Município estimada para 2025	6.539	Habitantes
Limite legal para gastos totais a 7%	3.512.450,85	7,00%
<b>Gasto total do Poder Legislativo Municipal</b>	1.146.251,41	2,28%

Fonte: RGF, Modelo 13 e SIAPC/PAD – RVE



## 2.4. LIMITE DE DESPESAS COM FOLHA DE PAGAMENTO

As despesas com a folha de pagamento do Poder Legislativo observaram o limite de até 70% do montante permitido para os gastos totais, conforme § 1º do artigo 29-A da Constituição Federal.

LIMITE DE DESPESAS COM FOLHA DE PAGAMENTO DO LEGISLATIVO		
Dotação Orçamentária Atualizada	1.500.000,00	Em %
Limite para Folha de Pagamento (70% da DOA)	1.050.000,00	70,00%
<b>Despesas com a Folha de Pagamento</b>	<b>730.683,99</b>	<b>48,71%</b>

Fonte: RGF, Modelo 13

## 2.5. RESTOS A PAGAR E DISPONIBILIDADES

Em análise ao balancete da despesa de 31 de dezembro de 2025, constatou-se a inscrição de restos a pagar processados e não processados nos valores informados pela contabilidade. As disponibilidades financeiras existentes por fonte de recursos mostraram-se suficientes para a cobertura das obrigações assumidas, não sendo identificada afronta ao disposto no artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

RECURSO	Disponibilidade	Restos Processados	Restos Não Proc.	Demais Obrigações	Saldo
500 – Livre	36.954,27	(22.639,05)		(7.495,29)	6.819,93
501 - Outros					0,00
<b>TOTAIS</b>	36.954,27	(22.639,05)	0,00	(7.495,29)	6.819,93

Fonte: SIAPC/PAD – RVE

## PARECER

Com base nas análises efetuadas no âmbito das competências constitucionais e legais atribuídas ao Sistema de Controle Interno, conclui-se que, durante o exercício de 2025, a gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Poder Legislativo Municipal atendeu, de maneira geral, aos princípios da legalidade e às normas aplicáveis à administração pública.



No decorrer dos trabalhos de verificação, não foram constatadas irregularidades ou inconsistências que pudessem comprometer a regularidade das contas de gestão do Presidente da Câmara Municipal, considerando-se o alcance das análises realizadas e os procedimentos executados pela Unidade Central de Controle Interno.

Diante do exposto, esta Unidade de Controle Interno manifesta **PARECER FAVORÁVEL** quanto à regularidade das contas do Poder Legislativo Municipal referentes ao exercício de 2025, no âmbito de sua competência institucional.

É o relatório e parecer.

Condor, 18 de março de 2026.

Gianine Schmidt  
Agente de Controle Interno  
CRA n. RS-036550/O